



## **A Crise e o Emprego na Europa**

### ***Estudo de caso 1: Portugal***

#### **INTERVENÇÃO DA UGT NA REUNIÃO COM O FMI**

**Washington, 15 de Fevereiro 2013**

O crescimento económico e a redução do desemprego são os grandes desafios que a Europa enfrenta. Em Portugal, o desemprego e a pobreza atingem níveis insustentáveis, num quadro de crise económica e de insegurança sobre o futuro.

As reformas estruturais e a redução do défice público e do desequilíbrio das contas externas tem sido feito tendo por base o aumento do desemprego e a redução significativa dos salários e das pensões. O desemprego é hoje o terceiro mais alto da União Europeia.

O pedido de assistência financeira resultou de dificuldades na obtenção de financiamentos a juros aceitáveis. Em Maio de 2011 foi celebrado um acordo, dito Memorando, com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional).

A UGT, reconhecendo a necessidade deste apoio, sempre manifestou discordância com o Memorando, por impor uma forte austeridade, promover a desregulação laboral e social e conter medidas muito detalhadas, que foram acordadas sem qualquer discussão com os parceiros sociais.

Diferentemente do memorando, sempre nos batemos por reformas estruturais que favoreçam a competitividade, centrada na adaptabilidade à mudança, nas qualificações, na inovação e na melhoria da capacidade técnica das empresas.

Sempre defendemos que o Memorando devia ser aplicado com flexibilidade e com adaptação às necessidades de crescimento e emprego.



A UGT é parte activa no diálogo social tripartido, dito Concertação Social, envolvendo o Governo, as Confederações Patronais e as Confederações Sindicais, e nesse quadro, no seguimento do Memorando, em Janeiro de 2012, assinou o Compromisso Tripartido para o Crescimento, a Competitividade e o Emprego.

Este compromisso tem tido um papel relevante na definição de medidas mais ajustadas à realidade económica e social e na afirmação de uma democracia de participação.

Todavia, o facto de muitas vezes o Governo se ter revelado mais troikista que a Troika e a imposição de medidas de ultra-austeridade conduziu a uma fortíssima quebra do consumo interno, com agravamento da crise.

Todos os dados disponíveis indicam que a recuperação económica será muito mais lenta que o esperado, pairando o risco de se entrar numa espiral recessiva. Para tal facto alertou, ainda recentemente, o Presidente da República.

Há um forte desequilíbrio nos sacrifícios impostos, com agravamento da injustiça social e fiscal.

O Memorando contém um conjunto de matérias em que é omissa ou cuja abordagem deveria ter sido diferente.

Não foram tidas em consideração as necessidades de financiamento das empresas, particularmente as pequenas empresas, e a situação de fragilidade que muitas já atravessavam, ao contrário da atenção dada ao sector financeiro. O financiamento do sector empresarial do Estado é abordado de forma que consideramos inadequada.

Mas a maior e mais grave omissão do Memorando continua a ser a ausência de medidas que promovam o crescimento e o emprego.

As alterações introduzidas nas 6 Revisões Regulares do Memorando já realizadas, vieram agravar a austeridade.

Importa salientar que, ao contrário do que se verificou no Memorando inicial de Maio de 2011, tais revisões se realizaram sem qualquer debate sério, a nível nacional, pondo em causa o diálogo político.



Igualmente foi colocado em causa o diálogo social quer, por não terem sido implementadas muitas das medidas de política económica quer, pela violação de compromissos assumidos com os parceiros sociais.

É o caso da alteração dos valores das compensações em caso de despedimento do trabalhador. O acordo tripartido previa a redução destas compensações e, numa segunda fase, o seu alinhamento com a média da União Europeia, na linha do Memorando de Entendimento de Maio de 2011.

Tal alinhamento deveria ser baseado num estudo a apresentar pelo Governo. Mas mesmo antes desse estudo já se anunciava que a média europeia era de 10 dias e foi acordado entre o Governo e a Troika, em Novembro de 2011, que o valor final seria de 8 a 12 dias. O Governo e a Troika, de modo não fundamentado e sem qualquer diálogo, no seguimento do verificado em 2011, acordaram em Novembro de 2012 fixar o valor em 12 dias.

O estudo só foi apresentado aos parceiros sociais em Abril de 2012 e permitiu à UGT, concluir que o valor médio das compensações na União Europeia só é de 12 dias, ao fim de cerca de 30 anos. Para antiguidades inferiores, os valores médios das compensações são superiores, ultrapassando em muito os 20 dias por ano nos dois primeiros anos, com médias degressivas ao longo do tempo. (ver mapa anexo).

A UGT considera que a aprovação dos 12 dias viola o fixado no Memorando de Maio de 2011 e o consequente Compromisso Tripartido, o que a manter-se levará à denúncia deste compromisso, com sérios prejuízos para o diálogo social.

A UGT apela ao FMI para uma discussão séria sobre o valor das compensações que não contribua para o rompimento deste Compromisso.

Queremos deixar claro que a criação de um Fundo empresarial para garantia do pagamento de 50% das compensações, quando o empregador não o faça, não diminui a importância do alinhamento com a média comunitária.

Para a UGT, é também fundamental a dinamização da negociação colectiva, a nível de sector e empresa, não sendo aceitáveis bloqueamentos injustificáveis que prejudicam a adaptabilidade das empresas às mudanças e agravam a conflitualidade social.



A aposta num modelo de baixos salários, baixas qualificações e precariedade laboral é uma aposta sem futuro.

É fundamental, no quadro do respeito pela Constituição da República Portuguesa, restabelecer o diálogo político e social em Portugal, nomeadamente em torno de questões fundamentais, como o debate sobre a Reforma do Estado e o Estado Social.

Mas centrar esta discussão na base de um corte de 4 mil milhões da despesa estrutural do Estado, particularmente afectando o Estado Social, na base de um Relatório elaborado pelo FMI é um erro, que teria consequências graves para as empresas e a sociedade.

O debate não pode ser conduzido numa perspectiva de cortes. Será necessário ter como objectivos a melhoria do funcionamento da Administração Pública, a garantia da qualidade na prestação dos serviços públicos, a sustentabilidade financeira do regime contributivo da Segurança Social e a mais eficiente utilização dos recursos financeiros.

Mas a questão central é a ausência de medidas de crescimento. Este crescimento exige a promoção do investimento, o crescimento do consumo privado (que diminuiu cerca de 9.4% em 2 anos) e o aumento da competitividade das empresas. São necessárias medidas que preparem Portugal para sair da crise e permitam inverter a tendência do aumento do desemprego.

É necessário libertar recursos financeiros para aumentar o investimento público e privado, o que passa pela renegociação do Memorando, visando uma mais lenta diminuição do défice público e a alteração programada dos encargos imediatos com o pagamento da dívida pública.

Também há que ter presente uma melhor utilização dos fundos comunitários na promoção do investimento privado, no aumento da competitividade das empresas e no ataque ao desemprego, particularmente grave ao nível dos jovens.

Do mesmo modo não se pode continuar a apostar numa redução brutal dos salários e das pensões, com agravamento sensível da pobreza. São necessárias medidas específicas que evitem a quebra do consumo privado. É nomeadamente o caso do aumento salário mínimo.



Relembramos que mais de 70% do produto interno está ligado ao consumo privado e sem a reanimação deste não é possível a retoma económica.

O recente regresso de Portugal aos mercados financeiros é um facto positivo, que deverá abrir caminho a políticas diferentes.

Não ignoramos que se exigem políticas diferentes a nível da União Europeia, que favoreçam o Crescimento e o Emprego, num quadro de coesão e solidariedade. Tal só poderá ser feito com uma actuação diferente do Banco Central Europeu, a mutualização de parte dos créditos e a regulação do sector financeiro, no quadro de um Contrato Social para a Europa.

Aliás, o FMI reconheceu que subestimou o impacto das medidas de austeridade sobre o crescimento económico em Portugal. É ainda o FMI que agora alerta as instâncias comunitárias e os Estados-membros da EU para os riscos de uma excessiva austeridade.

Será importante *“continuar com o difícil, mas necessário ajuste fiscal a nível nacional”* mas, simultaneamente, *“apoiar a procura, em especial com uma maior flexibilização monetária”*.

Os Estados devem também *“ter uma melhor percepção de que uma distribuição mais equitativa do rendimento permite maior estabilidade económica, um crescimento económico mais sustentado e sociedades mais saudáveis, com laços mais fortes de coesão e de confiança.”*

Estas são preocupações que a UGT há muito vem sublinhando, mas as palavras não são nossas, são da Directora do FMI.

Esta é uma abordagem que não podemos deixar de saudar, mas que ainda aguardamos que tenha efectivos reflexos nas políticas e nas posições assumidas pelo FMI na sua intervenção nos vários Estados e, sobretudo, quando dos processos de avaliação e revisão do Memorando de Entendimento com Portugal.

João Proença

(Secretário Geral da UGT)



## Compensações por despedimento

Holanda com cessação por via judicial e até 30 anos de antiguidade.  
Portugal com Nova Lei (20 dias/ano). No relatório do Governo não está considerado o não respeito pelo aviso prévio.

		Nº Dias /Ano		
Relatório do Governo		Com 24 Países (Sem países Nórdicos)	Base Salário e Não Retribuição (+ 18%)	Com negociação colectiva e cumprimento parcial do aviso prévio
Nº Anos	UE com 27 Países			
1	23,4	26,3	31,0	35
2	17,2	19,3	22,8	
3	13,8	15,6	18,4	
4	12,2	13,7	16,1	
5	13,0	14,6	17,2	20
6	11,8	13,3	15,7	
7	11,2	12,6	14,8	
8	10,7	12,0	14,2	
9	10,2	11,5	13,5	
10	10,6	11,9	14,0	17
11	10,4	11,7	13,8	
12	10,2	11,3	13,4	
13	9,9	11,0	13,0	
14	9,6	10,8	12,7	
15	10,0	11,0	13,0	15
16	9,7	10,8	12,8	
17	9,6	10,6	12,5	
18	9,5	10,4	12,3	
19	9,2	10,2	12,0	
20	9,5	10,5	12,4	14
21	9,4	10,4	12,3	
22	9,2	10,2	12,0	
23	9,0	10,0	11,8	
24	8,9	9,8	11,6	
25	9,0	10,0	11,7	13
26	8,8	9,7	11,5	
27	8,6	9,5	11,3	
28	8,4	9,4	11,0	
29	8,3	9,2	10,8	
30	8,3	9,2	10,8	12